

DIREITO CONSTITUCIONAL III – CADERNO DE EXERCÍCIOS
UNIDADE I – PODER LEGISLATIVO

1. Assinale a opção correta acerca das regras de funcionamento do Congresso Nacional fixadas na Constituição, quanto aos seguintes eventos: 1) Apreciação do veto presidencial; e, 2) Posse da Presidenta Dilma, no dia 1º. de janeiro de 2011. Nessas datas, houve:
 - a. sessão extraordinária do Senado Federal e sessão ordinária da Câmara dos Deputados, respectivamente
 - b. sessão extraordinária conjunta e sessão ordinária conjunta, respectivamente
 - c. sessão ordinária conjunta e sessão extraordinária conjunta, respectivamente
 - d. sessão ordinária do Congresso Nacional e sessão extraordinária do Senado Federal, respectivamente

2. Revise o *processo de elaboração das leis* e assinale a alternativa correta:
 - a. Projeto de lei que altera o Código Civil é de iniciativa exclusiva do Presidente do Superior Tribunal de Justiça
 - b. É vedada a reapresentação, na mesma sessão legislativa, de projeto de lei ordinária que foi rejeitado
 - c. Projeto de lei que altera a organização judiciária do Estado de Goiás é de iniciativa do Presidente do TJGO e, se aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, dependerá, ainda, de sanção do Governador do Estado para se transformar em lei
 - d. Projeto de lei de iniciativa popular tem sua tramitação iniciada no Senado Federal

3. Projeto de lei federal de iniciativa parlamentar concede aumento de remuneração a servidores públicos da área da saúde é convertido em lei após a sanção do(a)Presidente da República. A referida lei é
 - A) constitucional, em que pese o vício de iniciativa, pois a sanção presidencial ao projeto de lei teve o condão de sanar o defeito de iniciativa.
 - B) inconstitucional, uma vez que são de iniciativa privativa da Presidente da República as leis que disponham sobre aumento de remuneração de servidores públicos da administração direta e autárquica federal.
 - C) isenta de vícios formais, porque é compatível com a Constituição da República
 - D) inconstitucional, uma vez que os projetos de lei de iniciativa dos parlamentares não se submetem à sanção presidencial, sob pena de ofensa à separação de poderes.

4. Sobre as Mesas Diretoras do Congresso Nacional, assinale o número com respostas incorretas:
 - a. O Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal presidirá o Congresso Nacional, e o seu mandato coincide com o mandato parlamentar
 - b. Os membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são eleitos pelas respectivas casas, e os da Mesa do Congresso Nacional são escolhidos dentre os membros daquelas, para os respectivos cargos, alternadamente – todos, para mandato de dois anos, vedada a sua recondução na mesma legislatura, para os mesmos cargos.
 - c. Os membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional são eleitos pelo Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a sua recondução.

d. Os Presidentes das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são eleitos pelas respectivas casas, dentre parlamentares que sejam brasileiro nato e tenham idade mínima de 35 anos, pois são substitutos eventuais do Presidente da República e estas são exigências constitucionais dos ocupantes do cargo de Chefe do Poder Executivo

1) A e D

2) A e C

3) B e C

4) B e D

5. Leia a suposta notícia, no site do Senado Federal, e informe: “A comissão de constituição e justiça aprovou o PL que altera o artigo x do Código Civil Brasileiro.” É correto afirmar que a Comissão a que se refere essa notícia é:

- a. Bicameral e permanente
- b. Bicameral e temporária
- c. Unicameral e permanente
- d. Unicameral e temporária

6. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), traz um princípio bastante simples: as informações referentes à atividade do Estado são públicas, salvo exceções expressas na legislação. Ela regulamenta o direito à informação garantido pela Constituição Federal, no inciso XXXIII, do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: *“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”*. Com base nessa lei e nos preceitos constitucionais referentes às atribuições do Congresso Nacional, é incorreto afirmar que:

- a) Os subsídios dos parlamentares são fixados em valor idêntico para Deputados Federais e Senadores, por ato do Congresso Nacional, dispensada a sanção do Presidente da República, tendo por base os subsídios dos Ministros do STF, e os valores por eles recebidos devem ser disponibilizados à sociedade
- b) Os subsídios dos parlamentares são fixados por lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, e os valores por eles recebidos devem ser disponibilizados à sociedade
- c) Os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal são fixados por lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo(a) Presidente da República, e os valores por eles recebidos devem ser disponibilizados à sociedade
- d) Os subsídios do Presidente, do Vice Presidente da República e dos Ministros de Estado são fixados por ato do Congresso Nacional e independe de sanção do Presidente da República, e os valores por eles recebidos devem ser disponibilizados à sociedade

7. Examine a proposição seguinte e anote a opção correta, acerca das hipóteses constitucionais de perda do mandato de parlamentares: “Valter Baptista é, hipoteticamente, Senador Federal (*que foi eleito em 10/10/10, diplomou-se em 10/11/10 e tomou posse em 2/2/11*) e, durante o mandato, a imprensa noticiou que ele violou o decoro parlamentar, reiteradamente, inclusive, por ter aceitado e recebido um veículo Volvo XC-60 como presente de uma empreiteira.” Em razão desse fato, ele:

- a) não será submetido a processo administrativo, porque os parlamentares são agentes políticos e legítimos representantes do povo, e sua atuação é independente

- b) perderá o mandato, por declaração da Mesa Diretora de sua Casa, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurando-se-lhe, tão somente, o exercício da ampla defesa.
- c) poderá vir a perder o mandato, por provocação da Mesa diretora do Senado Federal ou de partido político representado no Congresso Nacional, por deliberação tomada por maioria absoluta.
- d) poderá perder o mandato, por provocação da Mesa diretora do Senado Federal, de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, por meio de decisão tomada por dois terços de seus membros.

8. Revise o *processo de elaboração das leis* e assinale a alternativa incorreta:

- A. Projeto de Emenda à Constituição rejeitado em uma sessão legislativa poderá ser reapresentado na mesma sessão legislativa, se apresentado por maioria absoluta dos membros de uma das Casas legislativas
- B. Medida Provisória rejeitada em uma sessão legislativa só poderá ser reapresentada na próxima sessão legislativa
- C. Projeto de Lei Ordinária rejeitado em uma sessão legislativa só poderá ser reapresentado na mesma sessão legislativa por proposta de, no mínimo, maioria absoluta dos membros da respectiva Casa
- D. Projeto de Lei Complementar rejeitado em uma sessão legislativa só poderá ser reapresentado na mesma sessão legislativa, se a proposta for apresentada por, pelo menos, maioria absoluta dos membros da respectiva Casa

9. A Constituição da República de 1988 reclama lei complementar para dispor sobre

- A) o estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- B) ordem tributária, inclusive, princípios tributários
- C) as formas de participação do usuário na administração pública.
- D) contratação por tempo determinado na administração pública

10. A Constituição da República de 1988 veda a edição de lei delegada para dispor sobre os seguintes temas, exceto:

- A) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros
- B) ordem tributária, inclusive, princípios tributários
- C) nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;
- D) organização da administração pública

11. Assinale a opção correta acerca das regras de funcionamento do Congresso Nacional fixadas na Constituição, quanto aos seguintes eventos: 1) Inauguração da Sessão Legislativa; 2) Cassação de mandato de parlamentar. Nessas datas, houve, respectivamente:

- a) sessão ordinária conjunta e sessão ordinária da Casa onde tem assento o parlamentar
- b) sessão extraordinária do Senado Federal e sessão ordinária da Casa onde tem assento o parlamentar
- c) sessão ordinária do Congresso Nacional e sessão extraordinária do Senado Federal
- d) sessão extraordinária conjunta e sessão ordinária conjunta

12. Revise o processo legislativo e informe a opção correta: A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, verificando que o Estado jamais regulamentou a aposentadoria especial dos servidores públicos cujas atividades sejam exercidas sob condições

especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (art. 40, § 4º, III da Constituição da República), edita lei complementar, de iniciativa do deputado estadual João Bonzão, que determina a aplicação dos mesmos critérios aplicados aos trabalhadores da iniciativa privada (previstos na Lei n. 8.213/91). O Governador do Estado sanciona a lei, que é publicada dias depois.

- A) Ainda que houvesse vício de iniciativa, a sanção pelo Governador do Estado supre tal vício, uma vez que se considera que a autoridade originalmente atribuída do poder de iniciativa ratificou as disposições da lei.
- B) Há vício de iniciativa, devendo a regulamentação do regime dos servidores públicos ser estabelecida em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo – no caso, o Governador do Estado.
- C) Não há vício de iniciativa, pois as matérias com reserva de iniciativa são somente aquelas que devem ser tratadas por meio de lei ordinária; as leis complementares, pela exigência de quorum qualificado, podem ser encaminhadas pelo Poder Executivo ou pelo Legislativo.
- D) Somente existe vício de iniciativa se não tiver havido tempo razoável para o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto de lei. Diante da inércia do Governador por diversos anos, pode a Assembleia suprir a mora, elaborando o projeto

13. Com base nas regras do processo legislativo, analise a seguinte notícia, veiculada no site do Senado Federal, e assinale o número com as opções incorretas: “*Por falta de quórum, a votação de itens terminativos da pauta da comissão foi adiada. Entre eles, estavam o PLS 569/2009, que prevê a distribuição de merenda escolar em dias úteis não letivos para alunos da educação básica pública*”. Supondo que tal projeto seja aprovado tanto pelas Comissões quanto pelo Plenário da Casa indicada no texto, o passo seguinte do processo legislativo será o seguinte:

- a) O projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados
- b) Lavrar-se-á o autografo de lei, que será encaminhado à sanção presidencial
- c) Se, oportunamente, a Câmara dos Deputados o aprovar, com emendas, retornará ao Senado, para a apreciação e votação das emendas e, se estas forem rejeitadas, o projeto será arquivado.
- d) Se a Câmara dos Deputados o rejeitar, será arquivado

1) A e D

2) A e C

3) B e C

4) C e D

14. Examine a proposição seguinte e anote a opção correta, acerca das hipóteses de perda do mandato de parlamentares: “Lau Raízes do Bem Social é, hipoteticamente, Deputado Federal (que foi eleito em 10/10/10, diplomou-se em 10/11/10 e tomou posse em 2/2/11) e, durante o mandato, foi acusado de praticar ato vedado pela Constituição, pois, sendo advogado militante, patrocinava inúmeras causas em que trabalhadores litigam com o INSS quanto ao tempo de serviço para a obtenção de aposentadoria, e continuou a fazê-lo, mesmo depois de ter tomado posse.” Em razão desse fato, ele:

- a) poderá perder o mandato, por provocação da Mesa diretora da Câmara dos Deputados ou de partido político representado no Congresso Nacional, por meio de decisão tomada por maioria absoluta
- b) não será submetido a processo administrativo, porque os poderes são independentes e um não se submete à decisão do outro.

- c) poderá perder o mandato, por provocação da Mesa diretora da Câmara dos Deputados, de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, por meio de decisão tomada por dois terços de seus membros.
- d) perderá o mandato, por declaração da Mesa Diretora de sua respectiva Casa, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurando-se-lhe ampla defesa.

15. Assinale a alternativa que relacione corretamente o cargo político e o sistema eleitoral adotado pela Constituição brasileira:

- (A) Prefeito: sistema majoritário de maioria simples para municípios com menos de 200 mil eleitores.
- (B) Governador: sistema proporcional de dois turnos.
- (C) Congressista: sistema proporcional.
- (D) Vereador: sistema distrital.

16. Assinale as letras correspondentes às afirmações corretas sobre o seguinte: A ação direta de inconstitucionalidade é instrumento de controle

I - concentrado e produz efeitos *erga omnes* e vinculantes, por força de disciplina constitucional.

II - concentrado e produz efeitos *inter partes* e *ex tunc*, por força de disciplina legal.

III - difuso ou concentrado e produz efeitos *inter partes* e vinculantes por força de disciplina constitucional e legal.

IV - concentrado e pode produzir efeitos *ex nunc* ou *ex tunc*, conforme disciplina legal.

- (A) I e II (B) I e IV (C) II e III (D) II e IV (E) III e IV

17. Revise o *processo de elaboração das leis* e assinale a alternativa correta:

- a. O procedimento sumaríssimo é compatível com todo e qualquer projeto de iniciativa do Presidente da República, inclusive projetos de Códigos.
- b. O quorum para aprovação de uma Lei Ordinária é maioria simples; de uma Lei Complementar, maioria absoluta; e, das Emendas à Constituição, 2/3
- c. Para ser aprovado, um projeto de Lei Complementar deverá ser votado nas duas Casas do Congresso Nacional e obter o voto favorável de, no mínimo, 41 senadores e 257 deputados federais
- d. Um projeto de Lei Ordinária será aprovado se, em votação na Câmara e no Senado, alcançar o voto favorável de, pelo menos, 129 Deputados Federais e 20 senadores

18. A *iniciativa popular* é uma das formas de exercício da soberania previstas na Constituição da República. O projeto de lei resultante de iniciativa popular deve

- A) ser encaminhado à Mesa do Congresso Nacional.
- B) ser subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional.
- C) ser subscrito por eleitores de, no mínimo, seis Estados da Federação.
- D) dispor sobre matéria de lei ordinária.

19. Antonio e João são sócios de uma empresa. Antonio, sem conhecimento de João, para que a empresa pagasse valor menor de imposto sobre circulação de mercadorias, anota, falsamente, na segunda via da nota fiscal, valor diferente daquele que correspondia à transação realizada. Com isso, pagou imposto menor do que era devido. Em face de sua conduta, Antonio

- A) não comete crime contra a ordem tributária, mas falsidade, punida mais gravemente, não podendo João ser responsabilizado pelo crime, porque, no direito penal, a responsabilidade é subjetiva.
- B) comete crime contra a ordem tributária, não podendo João ser responsabilizado pelo crime, porque, no direito penal, a responsabilidade é subjetiva.
- C) comete crime contra a ordem tributária, podendo João ser responsabilizado pelo crime, porque, sendo sócio da empresa, usufruiu da sonegação.
- D) não comete crime contra a ordem tributária, mas falsidade, punida mais gravemente, podendo João ser responsabilizado pelo crime, porque, sendo sócio da empresa, usufruiu da sonegação.
- E) e, também, João poderão ser acusados pelo crime contra a ordem tributária se, também, for acusada a empresa, pessoa jurídica.

20. É correto afirmar, com base nas regras do processo brasileiro de elaboração das leis, que:

- a) O quorum para aprovação de Lei Ordinária é maioria simples; assim, o voto favorável de 20 senadores e 100 deputados federais é suficiente para que um projeto de lei seja aprovado, nas respectivas Casas.
- b) Aprovada uma Lei Ordinária, no Congresso Nacional, sem menção expressa à data em que entrará em vigor, a Casa que concluir a votação lavrará o Autografo de Lei e o encaminhará à Presidente da República, que, se aquiescer com os seus termos, o sancionará, promulgará e publicará, e a lei entrará em vigor imediatamente.
- c) Aprovada uma Lei Ordinária, no Congresso Nacional, a Casa que concluir a votação lavrará o Autografo de Lei e o encaminhará à Presidente da República, que terá quinze dias úteis para sancioná-lo ou vetá-lo, contados da data do recebimento.
- d) Se uma das Casas rejeitar o projeto, a outra terá que se pronunciar, antes do arquivamento.

21. É correto afirmar, acerca das regras de funcionamento do Congresso Nacional fixadas na Constituição, que:

- a. Uma legislatura é o lapso temporal de oito anos, composto de oito sessões legislativas ordinárias e dezesseis recessos; coincide com o mandato dos Senadores
- b. Uma legislatura é o lapso temporal de quatro anos, composto de quatro sessões legislativas ordinárias e oito recessos; coincide com o mandato dos Deputados Federais
- c. Uma legislatura é o lapso temporal de quatro anos, composto de quatro sessões legislativas ordinárias e quatro recessos; coincide com o mandato dos Deputados Federais
- d. Uma legislatura é o lapso temporal de quatro anos, composto de quatro sessões legislativas ordinárias e quatro recessos; coincide com metade do mandato dos Senadores

22. Com base nas regras do processo legislativo brasileiro, analise a seguinte situação hipotética e assinale a opção correta: *O hipotético Senador Aurélio Macedo apresentou uma proposta legislativa (PL) criando a isenção do pagamento de tarifas para viagens áreas interestaduais para pessoas com mais de setenta (70) anos de idade. O projeto foi aprovado pelo Senado, e, na Câmara dos Deputados, recebeu uma emenda, que foi rejeitada pelo Senado.* Nesse caso, o referido projeto de lei:

- a. Foi arquivado
- b. Foi reencaminhado à Câmara
- c. A Câmara lavrou o autógrafo de lei, que foi encaminhado à sanção, sem a emenda
- d. O Senado lavrou o autógrafo de lei, que foi encaminhado à sanção, sem a emenda

23. Analise a hipótese a seguir descrita e assinale a opção correta acerca das hipóteses de processabilidade dos parlamentares brasileiros: “O STF recebeu a denúncia feita contra o hipotético Deputado Seinão Quefazerlá (*supostamente eleito em 10/10/10, diplomado em 10/12/10 e empossado em 2/2/11*), pela prática de crime de corrupção passiva, ocorrido em Brasília, no dia 25/11/10. Segundo a denúncia, referido parlamentar recebera R\$50.000,00 para votar em Marco Maia para a Presidência da Mesa Diretora da Câmara.” Em razão desse fato, ele:

- a) não será processado(a)
- b) será processado(a) normalmente, no local do fato
- c) será processado(a) pelo STF e poderá ser beneficiado com a suspensão do processo
- d) será processado(a) pelo STF, mas não poderá ser beneficiado com a suspensão do processo

24. Examine a proposição seguinte e assinale a opção correta acerca das hipóteses de perda do mandato de parlamentares brasileiros: “Trabaiá Praquê é, hipoteticamente, Senadora Federal (*supostamente eleita em 10/10/10, diplomada em 10/12/10 e empossada em 2/2/11*) e, durante o prazo do seu mandato, assumiu o cargo de Secretária Municipal de Campinas/SP”. Por esse fato, ela:

- a) perderá o mandato, por declaração da Mesa Diretora de sua respectiva Casa
- b) poderá perder o mandato, se assim decidir a respectiva Casa, por maioria absoluta
- c) poderá perder o mandato, se assim decidir a respectiva Casa, por maioria simples
- d) não responderá a processo disciplinar

25. O Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão da qual se extrai o seguinte: “Tributário. IPTU e ITR. Incidência. Imóvel urbano. Imóvel rural. Critérios a serem observados. Localização e destinação. Decreto-lei n. 57/1966. Vigência. (...). 3. O Decreto-Lei n. 57/1966, recebido pela Constituição de 1967 como lei complementar, por versar normas gerais de direito tributário, particularmente sobre o ITR, abrandou o princípio da localização do imóvel, consolidando a prevalência do critério da destinação econômica. O referido diploma legal permanece em vigor, sobretudo porque, alçado à condição de lei complementar, não poderia ser atingido pela revogação prescrita na forma do art. 12 da Lei n. 5868/1972. 4. O ITR não incide somente sobre os imóveis localizados na zona rural do Município, mas também sobre aqueles que, situados na área urbana, são comprovadamente utilizados em exploração extrativa, vegetal, pecuária ou agroindustrial. 5. Recurso especial a que se nega provimento.” (Resp. n. 472.628/RS, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, julgado em 17.08.2004, DJ de 27.09.2004 p.310). É possível concluir desse julgamento que:

- (A) o imposto federal incide sobre imóvel localizado na zona urbana, se tiver destinação agrícola.
- (B) o imposto municipal incidirá sempre sobre imóvel situado na zona urbana, qualquer que seja sua destinação.
- (C) o imposto federal e o imposto municipal incidem sempre cumulativamente sobre os imóveis destinados à atividade

rural, se situados na zona urbana.

- (D) somente o imposto municipal incidirá sobre os imóveis rurais, mesmo que situados na zona urbana.
- (E) o imposto federal sempre incidirá sobre os imóveis urbanos, qualquer que seja sua destinação

26. Assinale a opção correta acerca das regras de funcionamento do Congresso Nacional fixadas na Constituição, quanto aos seguintes eventos: 1) Abertura da Sessão Legislativa, no dia 02 de fevereiro de 2011 e 2) Posse da Presidenta Dilma, no dia 1º de janeiro de 2011. Nessas datas, houve, respectivamente:

- a. sessão extraordinária conjunta e sessão ordinária conjunta
- b. sessão ordinária conjunta e sessão extraordinária conjunta
- c. sessão extraordinária do Senado Federal e sessão ordinária da Câmara dos Deputados
- d. sessão extraordinária do Congresso Nacional e sessão ordinária do Congresso Nacional

27. Revise o *processo de elaboração das leis* e assinale a alternativa incorreta:

- a. O quorum para aprovação de Lei Ordinária é maioria simples; assim, o voto favorável de 21 senadores e 150 deputados federais é suficiente para que um projeto de lei seja aprovado, nas respectivas Casas.
- b. Projeto de lei que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas/CLT é de iniciativa concorrente do Presidente da República
- c. Projeto de lei de iniciativa popular tem sua tramitação iniciada no Senado Federal
- d. Projeto de lei que altera a organização judiciária do Estado de Goiás é de iniciativa do Presidente do TJGO e depende de sanção do Governador do Estado

28. Projeto de lei de iniciativa do deputado “X”, que cria 300 cargos de Juiz Federal, é aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado pela Presidente da República e por ela promulgado e publicado. No caso, é correto afirmar que:

- A) Ainda que houvesse vício de iniciativa, a sanção supre tal vício, uma vez que se considera que a autoridade originalmente atribuída do poder de iniciativa ratificou as disposições da lei.
- B) Não há vício de iniciativa, pois as matérias com reserva de iniciativa são somente aquelas que devem ser tratadas por meio de leis complementares
- C) Somente existe vício de iniciativa se não tiver havido tempo razoável para o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo o projeto de lei sobre o assunto.
- D) Há vício de iniciativa, devendo tal matéria ser objeto de projeto de lei de iniciativa do Presidente do respectivo tribunal

29. Com base nas regras do processo legislativo, analise a seguinte situação e assinale o número com as opções corretas: “A Câmara analisa o Projeto de Lei 4041/12, do deputado Zé Geraldo (PT-PA), que altera a Lei do Inquilinato (8.245/91) para estabelecer que as citações, nas ações de despejo, só poderão ocorrer entre segunda e sexta-feira, das 8 às 18 horas. O autor argumenta que o objetivo da proposta é garantir que as ações de despejo sejam executadas em conformidade com o que determina o Código de Processo Civil, como regra geral, para a prática de atos processuais. Pelo código, os atos processuais podem ser praticados em dias úteis,

das 6 às 20 horas.” Supondo que tal projeto seja aprovado, pela CCJ da Casa indicada no texto e, também, pelo Plenário da respectiva Casa, informe a sua correta e subsequente tramitação:

- a) Se, oportunamente, o Senado Federal o aprovar, com emendas, retornará à Câmara, para a apreciação e votação das emendas e, se estas forem rejeitadas, o projeto será arquivado.
 - b) Se o Senado o rejeitar, será arquivado
 - c) Será encaminhado ao Senado Federal
 - d) Lavrar-se-á o autografo de lei, que será encaminhado à sanção presidencial
- (1) A e D 2) A e C 3) B e C 4) C e D

30. Analise a notícia abaixo e anote a opção correta: “Ao analisar o processo de indicação de Teori Zavascki para o cargo de Ministro do STF, Álvaro Dias chegou a sugerir o adiamento da sabatina para a semana posterior às eleições municipais, que ocorrerão no dia 7 de outubro. Segundo o senador, se resolver participar do julgamento do mensalão, Zavascki poderá pedir vista do processo, o que atrasaria sua conclusão. (...).O Senador Cristovam Buarque também disse que a pressa na indicação de Zavascki pode levantar suspeitas sobre o processo.” O ato de referendar o nome das pessoas indicadas pelo Presidente da República para o Supremo Tribunal Federal é ato da competência:

- a. do Congresso Nacional com sanção
- b. do Congresso Nacional sem sanção
- c. exclusiva do Senado
- d. exclusiva do Congresso Nacional

31. Assinale a letra com as afirmativas corretas: Montesquieu, na sua clássica obra “O Espírito das Leis”, elaborou a ideia da Separação de Poderes, com base na experiência política inglesa. Esse princípio, presente na Constituição brasileira sob a forma de cláusula irredutível, consiste

- I. na absoluta e necessária independência dos poderes, de modo que apenas o Poder Judiciário possa fiscalizar os demais.
 - II. no esquema de independência equilibrada entre os poderes, que constitui o sistema de freios e contrapesos.
 - III. no regime presidencialista, já que no parlamentarismo o chefe do executivo é determinado pelo poder legislativo e, portanto, não há separação entre os poderes.
 - IV. na atribuição das diversas competências do Estado a cada um dos poderes.
- A) I e III. B) I e IV. C) II e IV. D) II e III. E) I, II e III.

32. É competência exclusiva (dita privativa, na Constituição) da Câmara dos Deputados:

- a) Dispor sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas
- b) Escolher 2/3 dos membros do Tribunal de Contas da União
- c) Autorizar a instauração de processos contra o Presidente da República
- d) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo STF

33. É competência do Congresso Nacional, com sanção presidencial:

- a) Aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do STF
- b) Escolher 2/3 dos membros do Tribunal de Contas da União
- c) Fixar os subsídios dos Ministros do STF

d) Fixar os subsídios do Presidente da República, do Vice, bem como dos Deputados e Senadores, observado o teto salarial

34. No sistema brasileiro, o número de Deputados Federais é proporcional à população e foi fixado pela Lei complementar n. 78/93, entre o mínimo de oito (8) e máximo de setenta (70) por cada estado brasileiro. Considerando que o Estado de Minas Gerais tem 53 deputados federais, quantos deputados estaduais terá?

(a) 87

(b) 94

(c) 77

(d) Depende do que dispuser, a respeito, a Assembleia Legislativa do Estado

35. Sobre as comissões do Poder Legislativo, é **incorreto** afirmar que:

a) As Comissões de Constituição e Justiça são unicamerais e permanentes

b) As Comissões temáticas são bicamerais e temporárias

c) As Comissões Parlamentares de Inquérito são temporárias, podendo ser unicamerais ou mistas.

d) As Comissões Representativas são bicamerais e temporárias

36. Sobre o *quorum*, no processo legislativo, é incorreto informar que:

a. Para a instalação das sessões (ou reuniões, conforme diz o texto constitucional) do Congresso Nacional, exige-se maioria absoluta, ou seja, dos membros

b. Para a aprovação de um projeto de lei ordinária, exige-se maioria simples, ou seja, o voto da maioria dos presentes, desde que presente a maioria absoluta, isto é, dos membros.

c. Para se deliberar sobre a perda de mandato de deputados e/ou senadores, exige-se maioria absoluta e voto secreto

d. Para se deliberar sobre a perda da garantia da inamovibilidade dos membros da magistratura e/ou do ministério público, exige-se maioria qualificada de 2/3.

PODER EXECUTIVO

37. Sobre o Poder Executivo, é correto informar que:

a. Durante o mandato, o(a) Presidente da República poderá ser processado(a) por atos praticados antes da posse, desde que haja aprovação prévia da Câmara dos Deputados

b. Se a Presidente da República vier a ser processada, será suspensa de suas funções tão logo o processo seja instaurado, mas só perderá o cargo em caso de vir a ser condenada

c. O Vice-Presidente é membro dos Conselhos de Defesa Nacional e da República e poderá desempenhar outras funções que lhe forem conferidas por lei complementar

d. Os Ministros de Estado são escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com idade mínima de 35 anos

(1) A e B (2) A e D (3) B e C (4) B e D

38. Sobre o processamento do(a) Presidente da República, é incorreto afirmar que:

a. Se admitida a acusação e instaurado o processo, será suspenso de suas funções pelo prazo de até 180 dias.

b. Será processado pelo Senado Federal, por crime de responsabilidade, se admitida a acusação por 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados

- c. Se renunciar ao cargo depois que for instaurado o processo, perderá o cargo, mas não terá os direitos políticos suspensos.
- d. Será processado pelo Supremo Tribunal Federal, por crime comum, observadas as restrições constitucionais.
39. Sobre a Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil empossados no dia 1º de janeiro de 2010, analise e responda: Suponha que o Vice-Presidente Michel Temer tenha renunciado, no dia 04/11/2012, e que a Presidenta Dilma tenha falecido, em 25/01/2013. Neste caso:
- (a) O Presidente da Câmara dos Deputados assumirá a Presidência e convocará eleições diretas, no prazo de até 90 dias, e o eleito completará o mandato.
- (b) O Presidente da Câmara dos Deputados assumirá a Presidência e completará o mandato
- (c) O Presidente do Senado Federal assumirá a Presidência e convocará eleições diretas, no prazo de até 30 dias, e o eleito completará o mandato.
- (d) O Presidente da Câmara dos Deputados assumirá a Presidência e convocará eleições indiretas, no prazo de até 30 dias, e o eleito completará o mandato.
40. Assinale a alternativa correta, quanto à sucessão presidencial dos empossados no dia 1º de janeiro de 2010:
- a. O Vice-Presidente Michel Temer morre, em 10/8/2011, e a Presidenta Dilma renuncia, em 01/06/2012; o Presidente do Congresso assume a Presidência da República e convoca eleições diretas.
- b. O Vice-Presidente Michel Temer morre, em 10/8/2011, e a Presidenta Dilma renuncia, em 01/06/2012; o Presidente da Câmara dos Deputados assume a Presidência da República e convoca eleições diretas.
- c. A Presidenta Dilma morre, em 10/8/2011, e o Vice-Presidente Michel Temer renuncia, em 01/06/2013; o Presidente da Câmara dos Deputados está afastado de suas funções, em razão de doença grave; o Presidente do Senado assume a Presidência da República e convoca eleições diretas, até o final do ano.
- d. A Presidenta Dilma morre, em 10/8/2011, e o Vice-Presidente Michel Temer renuncia, em 01/06/2013; o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado estão em viagem ao exterior; o Presidente do Supremo Tribunal Federal assume a Presidência da República convoca eleições indiretas.
41. Não constitui crime de responsabilidade a prática, pelo Presidente da República, de atos que:
- (A)** constituem violação à legislação penal brasileira
- (B)** atentem contra a lei orçamentária
- (C)** atentem contra a Constituição
- (D)** atentem contra a probidade na administração
42. Assinale a opção correta, quanto às atribuições constitucionais do Presidente da República:
- a. Dispor, mediante decreto, sobre a criação ou extinção de órgãos públicos federais
- b. Apresentar emendas, durante a tramitação do processo legislativo
- c. Nomear todos membros do Tribunal de Contas da União
- d. Dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos vagos
43. Sobre o Poder Executivo, é incorreto informar que:

- a. O Presidente da República e o Vice-Presidente são eleitos para mandato de quatro anos, permitida uma reeleição subsequente.
- b. Ocorrerá vacância do cargo de Presidente da República em caso de não posse, no prazo constitucionalmente fixado; em caso de morte ou renúncia do Presidente e do Vice; em caso de morte do Presidente e renúncia do Vice; no caso de renúncia do Vice e morte do Presidente.
- c. Haverá perda do cargo em caso de condenação do Presidente da República por crime comum ou por crime de responsabilidade; em caso de suspensão dos seus direitos políticos ou de perda da nacionalidade.
- d. Durante o mandato, o Presidente da República poderá ser processado por atos praticados antes da posse, desde que haja aprovação prévia da Câmara dos Deputados

44. Assinale o número com opções que enumeram atribuições constitucionais indelegáveis do Presidente da República:

- a) Conceder indultos e comutar penas
 - b) Expedir decretos autônomos dispondo sobre a extinção de funções e/ou cargos públicos vagos
 - c) Decretar Estado de Defesa e/ou de Sítio
 - d) Celebrar tratados internacionais
- (1) A e B 2) A e D 3) B e C 4) C e D

45. É correto afirmar que, se o Presidente da República praticar atos que:

- A. atentem contra a existência da União, não será processado
- b. atentem contra a lei orçamentária, poderá ser processado pelo Senado Federal, independentemente de autorização e/ou participação da Câmara dos Deputados
- c. atentem contra a probidade na administração, poderá ser processado pelo Senado Federal, se a Câmara dos Deputados autorizar
- d. atentem contra a legislação penal, poderá ser processado pelo Senado Federal

46. São atribuições constitucionais delegáveis do Presidente da República:

- a. Sancionar e vetar projetos de lei
- b. Declarar a guerra e celebrar a paz
- c. Celebrar tratados internacionais
- d. Conceder indultos, comutar penas e prover cargos públicos, nos termos legais

47. Analise a seguinte situação: Temendo retaliações de populares por causa dos elevados gastos com a construção e reforma de estádios de futebol, a Presidenta da República do Brasil não prestou contas de seu mandato, relativas ao exercício de 2013, até o dia 30 de abril de 2014. Neste caso, considerando que a sessão legislativa teve início no dia 03/02/14, anote a opção incorreta:

- a) deverá prestá-las à Câmara dos Deputados
- b) praticou conduta ilícita, configuradora de crime de responsabilidade
- c) poderá ser processada por tal conduta pelo Senado Federal, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados
- d) poderá prestá-las ao Congresso Nacional a qualquer tempo e tal conduta não configura crime de responsabilidade

PODER JUDICIÁRIO

48. Suponha que um juiz federal proferiu duas sentenças em duas ações distintas, uma, versando sobre crime político, e a outra, sobre uma causa em que figuram como partes a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Município de Goiânia. Suponha que houve interposição tempestiva e adequada do recuso cabível, em ambos os casos. Qual(is) órgão(s) julgará(ão) os respectivos recursos?

- a) O STF e o STJ
- b) O TRF em ambos os casos
- c) O STJ e o STF
- d) O TRF e o STJ

49. Correlacione as composições a seguir descritas aos respectivos tribunais, tal como previsto na Constituição da República Federativa do Brasil:

() 33 ministros, dos quais 2/3 são escolhidos dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, e 1/3 dentre membros do Ministério Público Federal e da Advocacia, com mais de 10 anos de atividade nas respectivas carreiras - todos nomeados pelo Presidente da República se aprovados pelo Senado Federal.

() Quinze ministros nomeados pelo Presidente da República, sendo três escolhidos dentre oficiais-generais da Marinha, quatro do Exército e três da Aeronáutica - todos da ativa e do posto mais elevado da carreira - e cinco civis escolhidos pelo Presidente da República, sendo três advogados, um juiz auditor militar e um membro do Ministério Público da Justiça Militar

() 7 membros, sendo 3 escolhidos pelo STF, dentre seus Ministros; 2 pelo STJ, dentre seus Ministros; e 2 pelo Presidente da República, dentre 6 advogados indicados pelo STF

() 11 membros escolhidos livremente pelo Presidente da República e por ele nomeados, se aprovados pelo Senado Federal

() 27 membros, sendo um quinto dentre membros da magistratura do Trabalho 4/5 dentre Desembargadores dos respectivos Tribunais Regionais, oriundos da magistratura de carreira, e 1/5 dentre membros do Ministério Público do Trabalho e da Advocacia, com mais de 10 anos de atividade nas respectivas profissões

- 1) STF
- 2) STJ
- 3) TST
- 4) TSE
- 5) STM

(a) 51234 (b) 25413 (c) 43215 (d) 25431

ORDEM TRIBUTÁRIA CONSTITUCIONAL

50. Assinale a incorreta quanto à ordem tributária estabelecida na Constituição:

- (A)** O imposto de renda sujeita-se ao princípio da anterioridade anual
- (B)** O imposto sobre a propriedade territorial rural é de competência dos Estados, mas pode ser arrecadado pelos Municípios, mediante convênio.
- (C)** O imposto sobre exportação é um imposto regulatório, porquanto não se submete ao princípio da anterioridade.
- (D)** As contribuições previdenciárias são espécie do gênero tributo e se submetem aos princípios da anterioridade nonagesimal e isonomia, dentre outros.

51. Assinale a opção incorreta quanto à competência tributária dos entes federativos brasileiros:

- (A)** Compete à União a receita da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), sendo que 29% do valor arrecadado é transferido aos Estados, que transferem 25% do que recebem aos seus municípios.

- (B)** Compete aos Municípios a receita do imposto sobre a transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou serviços
- (C)** Compete aos municípios a receita do imposto sobre a transmissão de bens imóveis por atos “inter vivos” de bens imóveis, por ato oneroso
- (D)** Compete aos Estados a receita do imposto sobre a propriedade de veículos automotores-IPVA, da qual 50% é transferida aos respectivos Municípios

52. Informe a qual ente federativo pertence a receita do tributo assim descrito:

“Imposto que incide sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.”

- a. União
- b. Estados
- c. Estados e o Distrito Federal
- d. Municípios

53. Assinale a correta quanto à ordem tributária estabelecida na Constituição:

- a. O imposto sobre a renda, o imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre serviços sujeitam-se ao princípio da anterioridade anual
- b. Todos os impostos submetem-se aos princípios da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade anual
- c. O imposto sobre a propriedade de territorial urbana, e o imposto sobre importação e exportação são impostos regulatórios e não se submetem ao princípio da anterioridade.
- d. Somente a União pode criar outros impostos, e o fará através de lei complementar, desde que não tenham base de cálculo nem fato gerador iguais aos dos já existentes.

54. Assinale a opção correta quanto à competência tributária dos entes federativos brasileiros:

- a. Pertence aos Municípios a receita do imposto sobre a transmissão de bens imóveis por atos “causa mortis” de bens imóveis, por ato oneroso
- b. Pertence à União a receita da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), da qual 29% é transferida aos Municípios.
- c. Pertence aos Estados a receita do imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição
- d. Pertence aos Estados a receita do imposto sobre a propriedade de veículos automotores-IPVA, da qual 50% é transferida aos respectivos Municípios.

GABARITO

1.c	6.b	11.A	16.B	21.B	26.B	31.B	36.C	41.A	46.D	51.B
2.c	7.C	12.B	17.C	22.D	27.C	32.C	37.3	42.D	47.B	52.D
3.b	8.A	13.2	18.B	23.D	28.D	33.C	38.C	43.D	48.A	53.D
4.2	9.B	14.A	19.C	24.B	29.3	34.C	39.D	44.4	49.B	54.D
5.c	10.D	15.A	20.C	25.B	30.C	35.B	40.D	45.A	50.B	